

Lama e fúria



Por **EMILIO CAFASSI***

A perseguição judicial e midiática de ativistas na Argentina de Javier Milei não é um incidente isolado: é parte de uma estratégia deliberada de disciplina social pela pedagogia do medo

Foi na Universidade Católica Argentina, berço de certas elites devotadas tanto a dogmas celestiais quanto a mercados terrenos, que o deputado argentino José Luis Espert, em vez de acender lâmpadas de pensamento, expeliu faíscas de bile em 11 de julho. Em meio a vitrais modernos e certezas anacrônicas, ele transformou uma palestra intitulada, talvez com ironia involuntária, “A Argentina Possível”, em uma plataforma de opróbrio.

Referindo-se a Florencia Kirchner — a filha mais nova da ex-dupla presidencial Néstor e Cristina, uma completa alheia à política, que sofre de transtornos alimentares —, ele disse: “Como não ser amarga se é filha de uma grande prostituta?”. Ele já a havia descrito minutos antes como “uma mulher mentalmente obesa que está em Cuba”.

A frase, proferida com a naturalidade de quem sabe que pode sair impune, sob aplausos cúmplices (embora não sem algumas vaias), não foi um tropeço verbal, mas uma performance planejada, uma manifestação de crueldade legitimada por uma parcela da plateia que, em vez de se contrariar, celebrou a afronta como se a infâmia fosse uma virtude.

Não foi um desabafo, mas uma combinação de violência simbólica, misoginia, patologização da saúde mental e flagrante degradação cultural. Aquele palco tornou-se caixa de ressonância para uma agressão que transcende o indivíduo e se torna emblemática de uma era em que o insulto e o espetáculo parecem se fundir com a política. Uma pedagogia do ódio e da crueldade discursiva vestida com traje de gala.

Ele cultivava uma retórica quase idêntica à do Presidente, que o ex-membro da Suprema Corte Juan Carlos Maqueda lhe atribuiu por ter uma “terminologia vulgar, às vezes extremamente ofensiva, mais típica de vândalos ou bandidos”. José Luis Espert ganhou influência não apenas por se juntar rapidamente ao lado de Javier Milei, tendo sido originalmente seu adversário, mas também por defender o uso da “prisão ou bala” para aqueles que pensam diferente, protestam e se mobilizam. Pessoalmente, ele me parece algo como a encarnação real — e menos caricatural — do violento “Oily Boogie”, o personagem imortal do escritor e cartunista Roberto Fontanarrosa.

Como se não bastasse a degradação da linguagem, alguns decidiram responder ao insulto com outra forma de baixeza, mais literal e menos eloquente: alguns ativistas, abertamente ligados ao kirchnerismo, atiraram excrementos de animais na porta da casa particular de José Luis Espert. O material foi transportado em uma van registrada em nome de uma construtora que abastece o município de Quilmes, governado pelo kirchnerismo.

A cena — uma espécie de escrache escatológico — buscava retribuir o próprio veneno do agressor, mas o fez de forma semelhante a um esgoto, onde a indignação se degrada entre o lixo, invertendo a dignidade do repúdio em uma caricatura grotesca.

Essa ação não só serviu à vitimização performática de José Luis Espert, que se apressou em espalhar imagens do ato com um tom de suposto martírio republicano, como também desviou a atenção do verdadeiro escândalo: a violência verbal de um congressista em um evento público. Assim, a refutação grosseira acabou fornecendo o roteiro perfeito para o perpetrador, disfarçado de vítima, e transformou a indignação legítima em uma imagem de lama. Literal e figurativamente.

Genealogia do escrache: justiça vinda de baixo

O escrache surgiu na Argentina na década de 1990 como um sinal de memória contra a impunidade institucionalizada dos responsáveis pelo terrorismo de Estado. Essa prática tornou-se emblemática do repertório da luta pelos direitos humanos, combinando denúncia, pedagogia e memória em um ato de justiça de baixo para cima.

Foi idealizada por “Hijos” (Crianças pela Identidade e Justiça Contra o Esquecimento e o Silêncio), fundada em 1995, o terceiro complemento geracional à luta pelos direitos humanos: herdeiras teimosas e lúcidas do legado das Avós e Mães da Praça de Maio. A palavra “escrache” já existia no lunfardo, associada ao ato de “expor” alguém, mas foi reinterpretada por “Hijos” como uma ferramenta de justiça simbólica.

Nas palavras de Mariana Eva Pérez, ativista deste movimento e escritora: “O escrache é uma forma de apontar o que o Estado não quer ver. Uma forma de nomear o assassino que anda livre entre nós”. No auge dos perdões de Carlos Menem e das leis de *Punto Final* e *Obediencia Debida*, que impediam julgamentos por crimes contra a humanidade, os “Hijos” decidiram desmascarar os repressores que viviam em liberdade e impunes entre os vizinhos.

O primeiro escrache em massa foi contra o marinheiro Jorge “Tigre” Acosta, em 1995. Dezenas de outros se seguiram. Os escraches não eram atos de vingança, mas de justiça simbólica e social. Ocorriam nos bairros onde viviam os perpetradores do terror estatal, buscando informar seus vizinhos sobre seu passado repressivo. Combinavam murga (um tipo de arte de rua), arte de rua, arte performática e panfletagem.

O slogan que os resumia era claro: “Se não há justiça, há escrache.” O objetivo não era atacar, mas romper o pacto de silêncio, construir uma condenação moral comunitária e, ao mesmo tempo, preservar a memória. Com a revogação das leis de impunidade em 2003 e a reabertura dos julgamentos contra os perpetradores do genocídio, os escraches passaram a ser usados nos tribunais, continuando a repercutir nas ruas.

Os “Hijos” compareceram aos julgamentos e muitos de seus membros passaram a fazer parte dos processos, mas os escraches persistiram como um ato de visibilidade e condenação em casos emblemáticos, como os de Etchecolatz e Menéndez. Desde a década de 2010, os escraches têm sido adotados por outros movimentos sociais para denunciar situações de violência institucional, abuso sexual, violência de gênero, corrupção e injustiça social.

Essa expansão desencadeou debates sobre sua legitimidade, eficácia e potenciais abusos. Como qualquer gesto político que se torna popular, os escraches começaram a multiplicar significados e a beirar as contradições. Um exemplo claro é a posição de Rita Segato, feminista e antropóloga, que defendeu o escrache feminista no contexto da violência de gênero: “O escrache é uma forma de justiça quando a justiça não atua, quando o judiciário não ouve as vítimas”.

Mas também houve alertas sobre o risco de transformar o escrache em uma forma de “justiça pelas redes sociais”, sem o devido processo legal ou a possibilidade de defesa, gerando situações de estigmatização ou linchamento digital. O movimento uruguaio de direitos humanos faria bem em incorporar essa tática, em que o estatuto de limitações monstruoso e imoral transforma a memória em refém legal dos algozes.

O espelho quebrado do escrache: a inversão farsesca

Esta história recente ilustra de forma alarmante como uma ferramenta nascida para apontar o dedo para os impunes pode ser mal utilizada como um bumerangue perverso, atingindo as vítimas em nome do perpetrador: de uma ferramenta de justiça simbólica a uma desculpa para condenar o protesto e prender ativistas.

A tragicomédia judicial colocou José Luis Espert no papel principal de vítima ativista, como se o insulto tivesse sido dirigido a ele e não à violência que ele injeta em sua linguagem cada vez que abre a boca. Em vez de responder às suas próprias provocações verbais — como quando respondeu publicamente ao seu tuíte de 2012, no qual chamou Florencia Kirchner de “filha de uma prostituta”, o que ele agora reiterou descaradamente em uma plateia — o promotor da violência verbal tornou-se um autor indignado.

O que se seguiu foi uma operação repressiva de proporções desconhecidas desde a entrada em vigor da Constituição. Duas ativistas kirchneristas, Alexia Abaigar e Eva Mieri, foram acusadas e processadas com a ousadia de um romance distópico por “ações terroristas” e “atentado à ordem pública”. A primeira foi levada acorrentada, exibida na mídia como um troféu de punição, para as câmeras apreciarem e exemplificarem.

Ela ficou incomunicável por dias e só soube das acusações contra ela assistindo a um programa de televisão na prisão de Ezeiza. A segunda, uma vereadora de Quilmes, continua presa em uma penitenciária de segurança máxima. Nenhuma evidência comprova sua periculosidade, exceto por duas tatuagens invisíveis: ser ativista e ser mulher.

As batidas incluíram a apreensão de ícones que revelam mais ativismo do que crime: um cartaz de Evita, o livro *Atenciosamente* de Cristina e panfletos de “La Cámpora”. Como se Evita em papel, Cristina em capa dura e panfletos em papel reciclado constituíssem um arsenal revolucionário num país que normaliza a violência a partir do pódio do Congresso e o ativismo político é prova criminal.

Uma juíza, Sandra Arroyo Salgado (viúva do promotor Nisman), como mestre de cerimônias de uma justiça coreografada para disciplinar a partir de uma pedagogia de punição ideológica, impondo fianças milionárias inatingíveis para garantir a prisão preventiva daqueles que nem sequer sabem claramente do que são acusados, além da violação estúpida que cometeram.

A mobilização cinematográfica para prendê-los teve um orçamento simbólico maior do que uma megaoperação contra o narcotráfico, uma encenação com mais efeito do que eficácia, e mais polícia do que provas, enquanto o discurso de ódio circula livremente entre poltronas e microfones. Este caso não é apenas um ultraje individual: é a mutação do escrache em sua antítese paródica. Não mais o genocida impune que dorme ao lado é denunciado, mas sim o ativista visível que é preso por tentar desajeitadamente perturbar os que estão no poder.

O que antes buscava restaurar a humanidade das vítimas agora é usado para criminalizar o protesto, incutir medo e neutralizar todas as formas de organização. “Eles querem tornar a ameaça de prisão ou balas uma realidade”, disse Alexia Abaigar de seu confinamento. Ela disse isso claramente. E não era uma metáfora, mas um resumo grosseiro — e perfeitamente literal — da nova ordem repressiva.

Democracia em ruínas: pedagogia da punição e do silêncio

Não se trata de um desvio nem de uma exceção, mas sim de uma engrenagem num aparato mais amplo: o medo como método. A perseguição judicial e midiática de ativistas não é um incidente isolado nem um excesso circunstancial. Faz, cada vez mais, parte de uma estratégia deliberada de disciplina social, cujo objetivo não é a justiça, mas a pedagogia do medo.

a terra é redonda

O que se pune não é um ato, mas a atitude de resistência e indignação. Não se reprime a ação, mas o gesto. As novas prisões não buscam trancar corpos perigosos, mas incutir terror em seus arredores. Não trancam mais os culpados, mas espalham o medo como mensagem. Silêncio antes de falar. Hesitação antes de marchar. Recuo antes de militante. Submissão antes de pensar.

O impulso irrefletido dessas duas vítimas, transformado em erro político, tem involuntariamente fornecido auxílio à máquina repressiva. Nesse regime de exceção permanente, os ativistas transformados em presos políticos — mulheres e jovens — desempenham um duplo papel: são simultaneamente uma bandeira viva e um muro de advertência.

Eles são expostos, acorrentados, filmados e exibidos em horário nobre, não porque tenham cometido um crime grave, mas para que ninguém esqueça o preço de levantar a voz, embora neste caso, em vez de usar a linguagem, tenham jogado esterco. Como em toda pedagogia autoritária, o importante não é a legalidade da punição, mas sua espetacularidade.

O discurso de ódio é recompensado com curtidas e votos; gestos de repúdio, com viaturas. Assim, a justiça se torna seu inverso obscuro: evidência clara do *lawfare* e do Estado de Direito como um cenário rachado, atrás do qual a repressão seletiva avança descaradamente. Como aponta Rita Segato, “o poder punitivo se torna um espetáculo quando precisa substituir a legitimidade que perdeu”.

A punição então deixa de ser uma sanção e se torna uma mensagem, um cenário, um aviso. Por mais grotesca que seja a cena de mulheres algemadas e policiais com sirenes prendendo aqueles que simplesmente tomaram a tola decisão de invadir uma casa particular para profaná-la, o importante é que ela seja visível. Que a humilhação seja pública. Que o castigo seja didático.

Dessa forma, a república deixa de ser um regime de liberdades para ser um campo de provas onde se medem os limites da submissão. Um laboratório de obediência. O escrache se torna seu reflexo distorcido: não ilumina os impunes, mas deslumbra os denunciante: o uso do aparato repressivo do Estado para silenciar quem aponta o dedo. Uma pedagogia do castigo em nome da ordem, da moral ou da nação, que só produz cidadãos mais medrosos, mais isolados, mais silenciosos. Uma gota autoritária disfarçada de institucionalidade. Terrorismo de Estado em doses homeopáticas.

Esta e muitas outras ações, sobre as quais venho escrevendo, não passam despercebidas fora das fronteiras da Argentina. Nove relatores especiais das Nações Unidas, incluindo especialistas em liberdade de expressão, independência judicial, tortura e detenções arbitrárias, expressaram sua “séria preocupação” com a grave deterioração das liberdades fundamentais e do espaço cívico na Argentina desde a posse do atual governo.

Em carta formal enviada em maio – e respondida com indiferença e demora pelo Poder Executivo –, apontaram o uso desproporcional da força, a criminalização do protesto, os ataques à imprensa, as detenções arbitrárias e o assédio sistemático a juízes como Karina Andrade, acusada pelo simples fato de libertar manifestantes. Em sua denúncia à ONU, Andrade não apenas expôs o assédio sofrido na mídia e nas redes sociais, como também revelou um padrão de disciplinamento estrutural do judiciário, executado pelo governo de Javier Milei por meio de seu gabinete e seu exército de *trolls*.

A repressão interna, longe de ser um reflexo isolado, parece vinculada a uma arquitetura jurídica cuidadosamente elaborada: o protocolo antipiquete, o decreto de desregulamentação geral, a Lei de Bases, a lei “antimáfias” e as reformas em matéria de inteligência e uso de armas menos letais constituem elos de um aparato repressivo que se legitima por meio do discurso hostil, da estigmatização do protesto e da classificação de toda discordância como ameaça à segurança nacional.

Isso não é acidental, mas programático. Como alertaram os relatores, o Estado argentino não só descumpra seu dever de proteger os direitos de reunião e expressão, como também os ataca. A pedagogia da punição se internacionaliza. A violência simbólica se institucionaliza. E o medo, longe de dissuadir, começa a ressoar além de suas fronteiras.

a terra é redonda

A estratégia contra o medo não é a retirada, mas o laço: branco como um lenço, fumegando numa panela, atado em livros, vivo nas ruas. Não em portões respingados. O que o poder teme é a persistência de um laço que não se dissolve com o medo, nem se dilui com a calúnia. Porque essas prisões arbitrárias, essas armações grotescas, essas prisões preventivas transformadas em condenações antecipadas, essas sentenças desproporcionais, não são apenas um ultraje: são também a confissão de uma fraqueza: o medo do sussurro.

É essencial erguer, da lama dessa infâmia, uma nova ética militante que não confunda indignação com ódio, protesto com agressão, ou justiça com vingança, mas que não se ajoelhe diante da chantagem emocional dos violentos de plantão. Uma ética que saiba quando e como falar, quando calar e, sobretudo, quando não recuar. Uma responsabilidade grande demais para ser delegada a gestos impulsivos isolados que, talvez por ignorância, traem o espírito e a lucidez histórica do escrache como tática coletiva inaugurada por “Hijos”, como mencionei acima.

Hoje, como progressistas, enfrentamos a ingrata tarefa de lutar pela liberdade daqueles que, mesmo que abusem da forma e manchem os gestos, não merecem prisão, mas sim debate. Porque até o erro tem o direito de não ser silenciado, mesmo que manche os contornos da causa que dizemos partilhar.

Hoje devemos defender a liberdade de dois ativistas que confundiram indignação com lama. Porque o verdadeiro escrache não é aquele que salpica paredes, mas aquele que grava na memória coletiva que o medo e a impunidade não são invencíveis nem eternos.

E se nos quiserem prender, que seja por pensar, por falar, por escrever, filmar ou fotografar, pintar ou compor. Por criar. Por não nos calarmos. Por sermos comunidade. Nunca por cometermos crimes ou delitos. Assim, pensaremos mais e melhor. Juntos. E em voz alta.

**Emilio Cafassi é professor sênior de sociologia na Universidade de Buenos Aires.*

Tradução: **Artur Scavone**.